



35^o

Relatório Bianual

**Evolução na
União Europeia
dos procedimentos e das práticas
pertinentes para
o escrutínio parlamentar**

Elaborado pelo Secretariado da COSAC e apresentado na:

LXV Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia

31 de Maio - 1 de junho 2021

Lisboa

Inicialmente elaborado pelo Secretariado da COSAC em 14 de abril de 2021,
com base nas respostas a um questionário distribuído aos Parlamentos/Câmaras.

Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia

SECRETARIADO DA COSAC

MTY 06 R 010, 70 rue Montoyer, B-1047 Bruxelas, Bélgica
E-mail: secretariat@cosac.eu | *Tel.:* +32 2 284 3776

Índice

| | |
|--|------------|
| ENQUADRAMENTO | iii |
| RESUMO | iv |
| CAPÍTULO 1 | |
| PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS | 1 |
| CAPÍTULO 2 | |
| ESTRATÉGIA UE-ÁFRICA | 7 |
| CAPÍTULO 3 | |
| NEXT GENERATION EU: ESCRUTÍNIO DOS PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – IMPACTOS NO SEMESTRE EUROPEU | 13 |
| CAPÍTULO 4 | |
| CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA | 19 |

ENQUADRAMENTO

Este é o trigésimo quinto Relatório Bianual do Secretariado da COSAC.

Relatórios Bianuais da COSAC

A XXX COSAC decidiu que o Secretariado da COSAC deveria elaborar relatórios bianuais factuais, a publicar antes de cada reunião ordinária da Conferência. A finalidade dos relatórios é proporcionar uma visão geral da evolução na União Europeia dos procedimentos e das práticas pertinentes para o controlo parlamentar.

Todos os relatórios bianuais estão disponíveis no sítio web do IPEX, na página da reunião correspondente.

Os quatro capítulos do presente Relatório Bianual baseiam-se nas informações prestadas pelos Parlamentos nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e pelo Parlamento Europeu. O prazo para a apresentação das respostas ao questionário para o 35.º Relatório Bianual foi 9 de março de 2021.

As linhas gerais do presente relatório foram adotadas na Conferência dos Presidentes da COSAC, que teve lugar em 11 de janeiro de 2021, em Lisboa, por videoconferência.

Em regra, o relatório não faz referência a todos os Parlamentos ou Câmaras que responderam a determinada questão. Recorre-se, em vez disso, a exemplos ilustrativos.

Note-se que, em alguns casos, os inquiridos podem apresentar mais do que uma resposta a perguntas de escolha múltipla. Assim se justificam eventuais disparidades aparentes entre o número total de respostas a uma pergunta e o número total de inquiridos.

As respostas completas recebidas de 38 dos 39 Parlamentos/Câmaras nacionais dos 27 Estados-Membros e do Parlamento Europeu encontram-se no Anexo na página da COSAC. A *Tweede Kamer* dos Países Baixos informou o Secretariado que não submeteria as suas respostas ao questionário devido ao calendário de eleições.

Nota sobre os números

Dos 27 Estados-Membros da União Europeia, 15 têm um Parlamento unicameral e 12 têm um Parlamento bicameral. Em virtude desta combinação de sistemas unicamerais e bicamerais, existem 39 Câmaras parlamentares nacionais nos 27 Estados-Membros da União Europeia.

Embora tenham sistemas bicamerais, os Parlamentos nacionais da Áustria, da Irlanda e de Espanha apresentaram, cada um, um único conjunto de respostas ao questionário, pelo que o número máximo de inquiridos por pergunta é 37, incluindo o Parlamento Europeu. Registaram-se 36 respostas ao questionário.

RESUMO

CAPÍTULO 1: PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

O primeiro capítulo do 35.º Relatório Bianual da COSAC procura analisar as medidas tomadas pelos Parlamentos/Câmaras nacionais para controlar e acompanhar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

A vasta maioria dos Parlamentos/Câmaras não participou nem contribuiu para a consulta lançada pela Comissão Europeia sobre as futuras ações necessárias para a implementação do Pilar.

Segundo o relatório, a maioria dos Parlamentos/Câmaras considerou a «educação, formação e aprendizagem ao longo da vida» o principal domínio do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, seguido pelo «apoio ativo ao emprego» e pela «proteção social».

A vasta maioria dos inquiridos não tinha adotado relatórios ou resoluções sobre o Semestre Europeu que abordassem os domínios prioritários para as reformas e os investimentos a incluir nos respetivos planos de recuperação e resiliência.

Questionados sobre quais deveriam ser os principais domínios abrangidos pela agenda relativa à Cimeira Social a realizar em maio de 2021, a maioria dos Parlamentos/Câmaras identificou os dois domínios relacionados com a Diretiva relativa a salários mínimos adequados na União Europeia, bem como o futuro do trabalho – trabalho remoto: desafios, riscos e oportunidades, seguido do reforço da Garantia para a Juventude e promoção dos direitos, e do bem-estar das crianças: a Recomendação relativa à Garantia Europeia para a Infância.

CAPÍTULO 2: ESTRATÉGIA UE-ÁFRICA

O segundo capítulo do 35.º Relatório Bianual da COSAC esclarece a Estratégia UE-África.

De entre um conjunto específico de estratégias e acordos, a Estratégia Conjunta África-UE foi a mais debatida pelos Parlamentos/Câmaras.

O relatório revelou uma convergência assinalável quando se tratou de classificar as principais tendências globais a desenvolver entre a UE e África (parceria para a transição ecológica e o acesso à energia; parceria para a transformação digital; parceria para o crescimento sustentável e o emprego; parceria para a paz, a segurança e a governação; parceria em matéria de migração e mobilidade), tendo a maioria dos Parlamentos/Câmaras considerado cada uma delas muito importante ou importante. Por outro lado, lançaram-se ideias diferentes quando se tratou de decidir que outros formatos formais ou informais se poderiam desenvolver para debater a parceria e aprofundar a relação entre a UE e África.

CAPÍTULO 3: NEXT GENERATION EU: ESCRUTÍNIO DOS PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – IMPACTOS NO SEMESTRE EUROPEU

O terceiro capítulo do 35.º Relatório Bianual da COSAC analisa o envolvimento dos Parlamentos nacionais no escrutínio dos planos de recuperação e resiliência.

A maioria dos Parlamentos/Câmaras tinha examinado os três documentos relativos a este tema, nomeadamente as propostas relativas ao instrumento Next Generation EU; a proposta relativa ao

Mecanismo de Recuperação e Resiliência; e a alteração aos recursos próprios. Embora a maioria dos Parlamentos/Câmaras não tivesse participado na elaboração dos planos nacionais, na maior parte destes casos, o projeto de plano tinha sido discutido em algum momento a diversos níveis parlamentares. A transição ecológica e a transformação digital foram identificadas pela maioria dos inquiridos como os principais domínios prioritários nos planos nacionais. A maioria dos Parlamentos/Câmaras também salientou que iria acompanhar a implementação destes planos nacionais através de comissões parlamentares.

CAPÍTULO 4: CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

O quarto capítulo do 35.º Relatório Bianual da COSAC procura fazer o acompanhamento das questões relacionadas com a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE).

A grande maioria dos Parlamentos/Câmaras indicou que não tinha adotado recentemente pareceres relativos à Conferência sobre o Futuro da Europa, nem tinha elaborado ou adotado planos de atividades para dar forma aos debates a nível nacional. Além disso, a maioria dos inquiridos respondeu não ter experiência prévia de envolvimento com a sociedade civil através de participação à distância.

Quando foi solicitado aos Parlamentos/Câmaras que ordenassem quatro atividades diferentes de acordo com a sua preferência, os debates com a sociedade civil foram considerados a primeira prioridade pela maioria dos inquiridos, seguidos pela consulta dos cidadãos e da sociedade civil, pelas discussões plenárias de alto nível entre instituições, e pelo contacto proativo com as partes interessadas para solicitar contributos sobre domínios políticos específicos, por essa ordem.

Quando lhes foi solicitado que escolhessem entre oito domínios políticos específicos a abordar pela Conferência, o Pacto Ecológico Europeu foi selecionado por mais de metade dos inquiridos.

No que se refere às questões institucionais que se considera pertinente abordar pela CoFE, os protocolos sobre o papel dos Parlamentos nacionais e sobre subsidiariedade/proporcionalidade e outras disposições do Tratado sobre os Parlamentos nacionais revelaram ser os mais pertinentes, seguidos pela votação por maioria qualificada em novos domínios de intervenção, pelos sistemas eleitorais para o Parlamento Europeu (por exemplo, listas transnacionais), e por disposições sobre a designação do Presidente da Comissão Europeia.

Menos de metade dos inquiridos se mostrou a favor de organizar grupos de trabalho temáticos sobre questões políticas/institucionais específicas durante a CoFE.

A maioria dos inquiridos previu a possibilidade de prolongar a CoFE até 2023.

Uma grande maioria dos Parlamentos/Câmaras identificou o papel da COSAC na CoFE como uma oportunidade para debater o trabalho da CoFE durante a sua realização e para adotar posições comuns sempre que adequado.

CAPÍTULO 1

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

O PRIMEIRO CAPÍTULO DO 35.º RELATÓRIO BIANUAL DA COSAC procura analisar as medidas tomadas pelos Parlamentos/Câmaras nacionais para escrutinar e acompanhar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

1 Quando questionados sobre se o respetivo Parlamento/Câmara tinha contribuído ou participado na consulta lançada pela Comissão Europeia sobre as medidas futuras necessárias para a implementação do Pilar (Uma Europa social forte para transições justas [COM (2020)14 final]), 30 dos 35 inquiridos responderam de forma negativa. Cinco Parlamentos/Câmaras responderam de forma positiva.

2 Convidado a desenvolver os principais resultados/conclusões, o *Seimas* lituano afirmou que saudava o objetivo da Comissão de disponibilizar empregos de qualidade aos europeus, assegurar todas as garantias sociais e manter elevadas normas em matéria de saúde e segurança, salientando a necessidade de adaptar a economia e indústria europeias à luz das alterações climáticas. O *Seimas* lituano considerou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a sua integração no Semestre Europeu fundamentais para manter, adaptar e melhorar as medidas já introduzidas, implementando simultaneamente as alterações significativas necessárias.

O *Senat* romeno considerou necessária e bem-vinda a criação da Garantia Europeia para a Infância, e apelou à promoção da Estratégia para a Igualdade de Género, que deve ser seguida de medidas concretas. Apelou também a que o projeto de quadro estratégico relativo à inclusão dos ciganos seja verdadeiramente desenvolvido pelo Conselho e traduzido em planos de ação. O *Senat* romeno considerou ainda o regime de resseguro das prestações por desemprego adequado num mercado único e considerou o salário mínimo europeu um meio essencial para reduzir as desigualdades de rendimento e a mobilidade laboral limitada, aumentando simultaneamente a confiança no projeto europeu. O *Senat* romeno recomendou que – no contexto do mercado único – parte dos custos de implementação destas medidas seja suportada pela União Europeia.

Na sua importante resolução de 17 de dezembro de 2020, o Parlamento Europeu afirmou que a sustentabilidade social constitui uma condição prévia para transições ecológicas, digitais e demográficas justas e inclusivas. O Parlamento Europeu instou a Comissão Europeia e os Estados-Membros a trabalharem no sentido de: direitos sociais juridicamente vinculativos; objetivos sociais concretos até 2030; habitação a preços acessíveis; eliminar a pobreza energética; reforçar a Garantia para a Juventude; 90 % de abrangência da negociação coletiva até 2030; rever as Diretivas relativas aos contratos públicos e ao trabalho temporário; uma Estratégia Europeia para a Deficiência pós-2020; e de um quadro europeu para estratégias nacionais para as pessoas em situação de sem-abrigo.

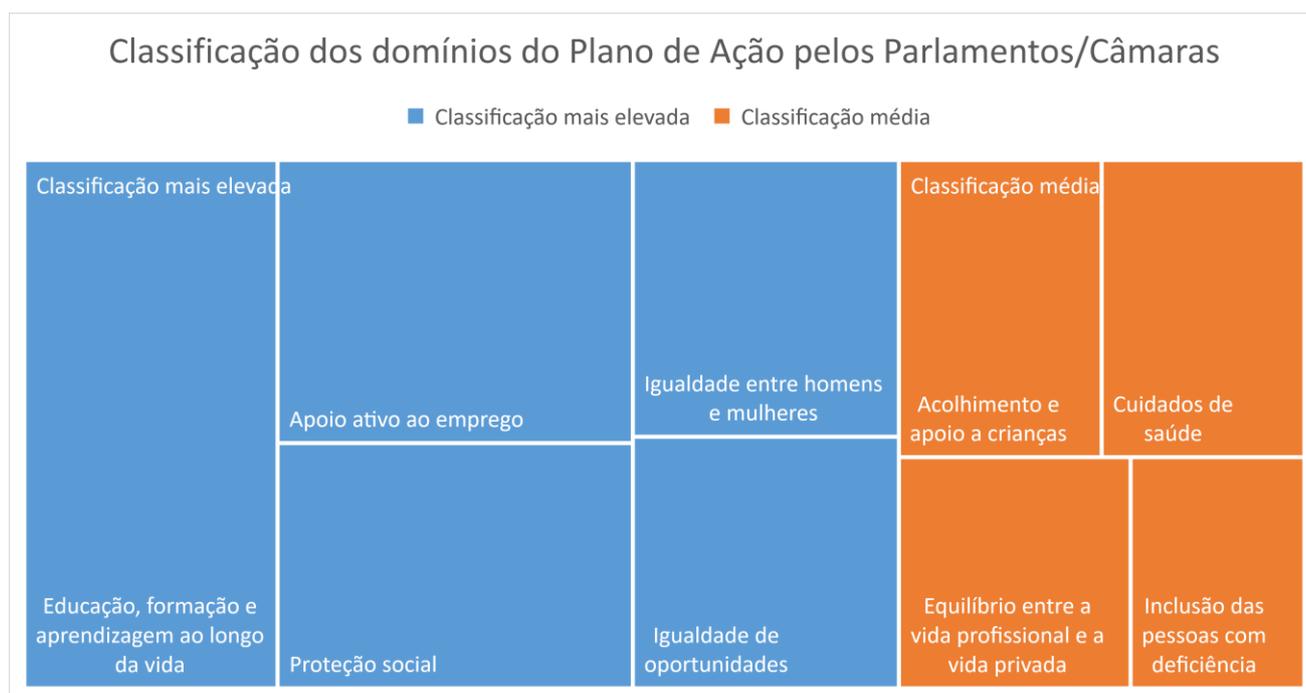
A *Kamra tad-Deputati* maltesa especificou que a sua Comissão de Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros concordou com a posição do Governo, que apoia os princípios de equidade, igualdade e justiça social. A Comissão para a UE do *Senat* polaco também decidiu apoiar a Comunicação após

reconhecer os pontos de vista do Governo e tomar também em consideração as respostas apresentadas pelo Ministério competente.

A *Poslanecká sněmovna* checa tinha adotado uma resolução declarando que a Comissão de Assuntos Europeus tomou nota da Comunicação e da posição do Governo sobre o documento.

O *Riksdag* sueco e as *Houses of the Oireachtas* irlandesas não participaram na consulta sobre a Comunicação. Porém, a Comissão de Mercado do Trabalho do *Riksdag* sueco tinha encetado deliberações com o Governo sobre a Comunicação. A Comissão tinha apresentado também observações sobre os programas de trabalho da Comissão Europeia para 2020 e 2021, centrando-se nos planos da Comissão Europeia para implementar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A Comissão Conjunta de Infância, Deficiência, Igualdade e Integração das *Houses of the Oireachtas* irlandesas tinha integrado os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no seu programa de trabalho e começado a interagir com as partes interessadas sobre a melhor forma de cumprir estes direitos, enquanto a Comissão Conjunta de Educação e Educação Complementar e Superior, Investigação, Inovação e Ciência se centrou ativamente em domínios-chave da educação e formação, investigação, inovação e ciência a nível europeu, com especial interesse no novo programa Horizonte.

3 Quando questionados sobre quais seriam os principais domínios do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a «educação, formação e aprendizagem ao longo da vida» foi considerada relevante pela maioria dos Parlamentos/Câmaras (20 em 28), seguida do «apoio ativo ao emprego» (15 inquiridos) e da «proteção social» (13 inquiridos). A «igualdade de género» foi considerada relevante por 11 Parlamentos/Câmaras, enquanto 10 consideraram a «igualdade de oportunidades» um dos principais domínios do plano de ação a implementar. Nove Parlamentos/Câmaras consideraram o «acolhimento e apoio a crianças» e os «cuidados de saúde» importantes. Oito Parlamentos/Câmaras indicaram que o «equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada» lhes era importante, ao passo que seis Parlamentos/Câmaras consideraram relevante a «inclusão das pessoas com deficiência». Os «salários», as «prestações por desemprego» e as «prestações e pensões de velhice» foram considerados os principais domínios por cinco Parlamentos/Câmaras. Quatro Parlamentos/Câmaras foram da opinião de que o «rendimento mínimo» e o «diálogo social e participação dos trabalhadores» são importantes. Um «ambiente de trabalho são, seguro e bem adaptado e proteção de dados» foi classificado como um domínio principal por três Parlamentos/Câmaras. Dois Parlamentos/Câmaras indicaram que os «cuidados de longa duração» lhes eram importantes, e outros dois identificaram o «emprego seguro e adaptável», enquanto as «informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento», a «habitação e assistência para os sem-abrigo» e o «acesso aos serviços essenciais» foram considerados um domínio principal por um Parlamento/Câmara em cada caso.



4 Quando questionados sobre se o seu respetivo Parlamento/Câmara tinha adotado relatórios ou resoluções sobre o Semestre Europeu que abordassem os domínios prioritários para as reformas e o investimento a incluir nos seus planos de recuperação e resiliência, 32 em 35 inquiridos responderam de forma negativa. Três Parlamentos/Câmaras responderam de forma positiva.

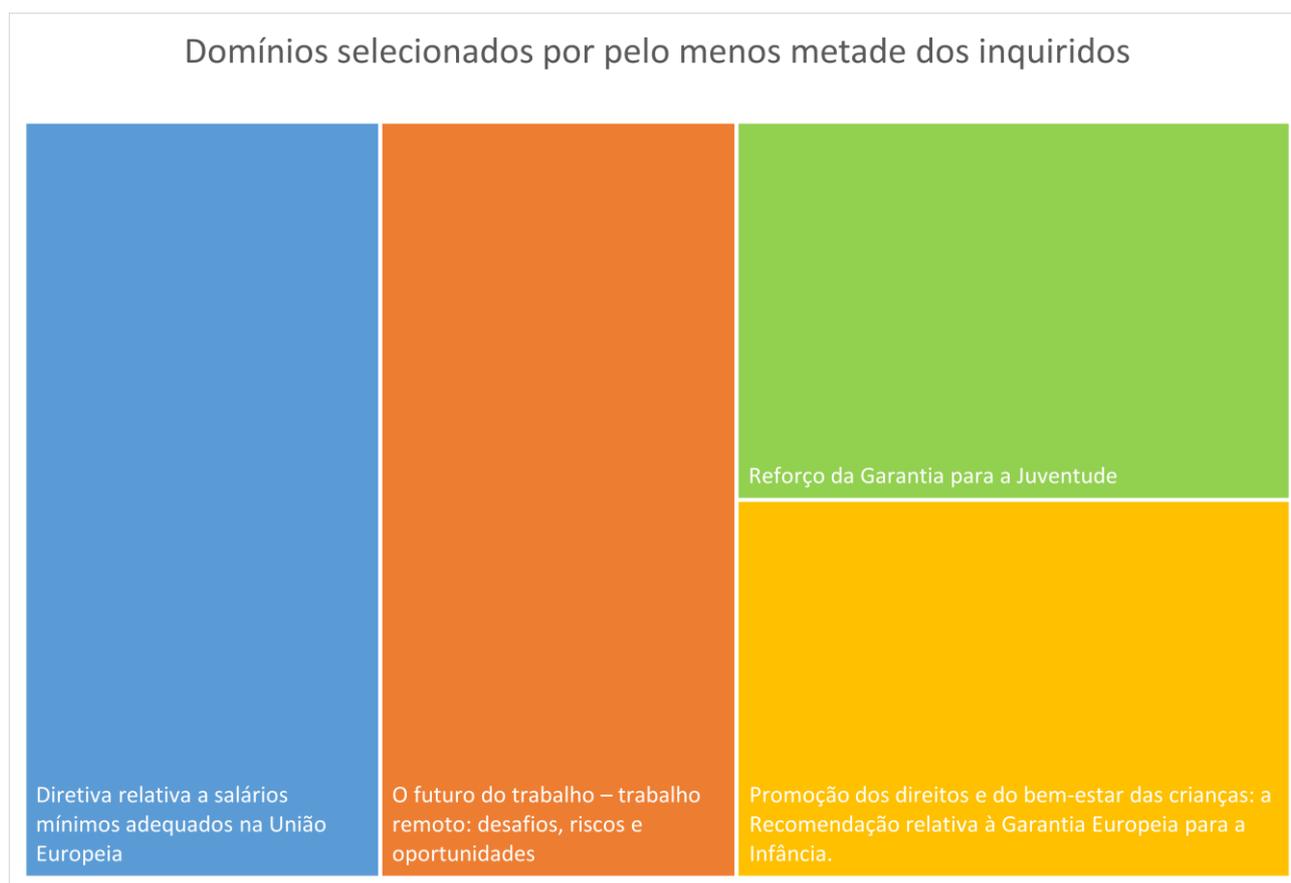
5 Convidados a desenvolver a sua resposta, o *Senato della Repubblica* italiano e a *Camera dei deputati* italiana especificaram que tinham adotado uma resolução sobre as orientações nacionais para a redação do plano nacional de recuperação e resiliência, que indicava as reformas e os investimentos necessários na área do emprego e dos direitos sociais, nomeadamente a desigualdade de género no mercado de trabalho, a situação específica do emprego jovem, bem como diferenças territoriais em termos de rendimento, emprego e educação. Nesta resolução, o *Senato della Repubblica* propôs uma avaliação *ex ante* do impacto sobre a igualdade de género de todas as medidas do plano nacional de recuperação e resiliência, e recomendou a promoção da inclusão social no contexto das políticas sociais e sanitárias que favorecessem planos de cuidados ao domicílio e investimentos no equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada.

O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos indicaram que, embora ainda não tivessem adotado relatórios ou resoluções especificamente sobre o Semestre Europeu, já se encontravam em vigor várias medidas: a «iniciativa de emprego» incluía medidas de reorientação profissional ou educação complementar para desempregados, centrando-se no desemprego dos jovens e de pessoas com deficiência. O apoio financeiro aos participantes na «iniciativa de emprego» era concedido através da «iniciativa de educação», enquanto o «bónus de reinício» visava as pessoas que iniciassem um novo emprego com um salário inferior ao auferido antes da sua situação de desemprego. Por último, o «prémio ao investimento COVID-19» apoiava as empresas que investissem na transformação digital e ecológica, bem como na saúde e nas ciências da vida, e/ou que tivessem sido forçadas a adotar trabalho de curta duração.

O Parlamento Europeu afirmou estar prevista a adoção de duas resoluções sobre o Semestre Europeu em 10 de março de 2021: uma sobre a Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021, com base num relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), e uma sobre os

aspectos sociais e relativos ao emprego na Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável para 2021, com base num relatório da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL). Para o efeito, o Parlamento Europeu referiu ainda a sua resolução legislativa, de 4 de abril de 2019, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), bem como a sua resolução, de 10 de fevereiro de 2021, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência.

6 De entre os 15 domínios abrangidos pela Agenda, os dois domínios relacionados com a «Diretiva relativa a salários mínimos adequados na União Europeia», bem como com «o futuro do trabalho – trabalho remoto: desafios, riscos e oportunidades», foram considerados relevantes pela maioria dos Parlamentos/Câmaras (18 em 28), seguidos pelo «reforço da Garantia para a Juventude» e pela «promoção dos direitos e do bem-estar das crianças: a Recomendação relativa à Garantia Europeia para a Infância» (14 inquiridos cada). As «condições de trabalho dignas, direitos na economia digital e condições e normas mínimas para um teletrabalho justo» e a «proteção dos idosos: envelhecimento nas políticas públicas» foram consideradas relevantes por 10 Parlamentos/Câmaras. Nove Parlamentos/Câmaras consideraram a «saúde e segurança no trabalho: Diretiva sobre cancerígenos e mutagénicos, quadro estratégico da UE para a saúde e a segurança no trabalho» relevante, seguida pelo domínio «capacitar as pessoas com deficiência para exercerem os seus direitos e participação: uma nova estratégia europeia para a deficiência», que foi considerado relevante por oito Parlamentos/Câmaras. Sete Parlamentos/Câmaras consideraram que os dois domínios conexos «debate político sobre novos desafios para o diálogo social e a negociação coletiva» e «combater o fosso salarial entre géneros: medidas de transparência salarial» eram relevantes. Cinco Parlamentos/Câmaras consideraram importante «promover a igualdade de género: Conclusões do Conselho sobre o impacto da COVID-19 na igualdade de género» e «promover a inclusão dos ciganos: Recomendação relativa à igualdade, à inclusão e à participação dos ciganos». Dois Parlamentos/Câmaras indicaram que «promover a inclusão de pessoas sem-abrigo: lançamento da plataforma europeia para as pessoas em situação de sem-abrigo» lhes era importante, ao passo que tanto «eliminar os telhados de vidro: equilíbrio de género nos quadros das empresas» como «promover a igualdade LGBTIQ: Estratégia para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ 2020-2025» foram, cada uma, consideradas relevantes por um Parlamento/Câmara.



7 Nove Parlamentos/Câmaras apresentaram opiniões adicionais sobre o primeiro capítulo do Relatório Bianual. O *Bundestag* alemão salientou que todos os domínios mencionados nas perguntas 3 e 6 do primeiro capítulo eram igualmente relevantes. A seleção refletiu meramente os resultados das iniciativas legislativas na Comissão de Trabalho e Assuntos Sociais (a comissão responsável pelas matérias em questão), bem como as prioridades definidas durante a Presidência Alemã do Conselho da UE.

O *Eduskunta* finlandês explicou não ter conseguido responder às perguntas 1 a 4 do primeiro capítulo porque, embora a sua Grande Comissão tivesse realizado debates sobre os dossiês em questão, ainda não havia uma declaração formal. Dado que o tema foi abordado pelo Governo num dossiê de política da UE recente, seria provável que o tema fosse debatido em maior pormenor no *Eduskunta*.

O *Seimas* lituano afirmou que, após examinar a Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021, em 20 de janeiro de 2021, a sua Comissão de Assuntos Europeus decidiu propor a participação do Governo nas consultas da Comissão Europeia sobre as medidas que contribuem para a implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O seu trabalho incidia em reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social, bem como o número de crianças ao cuidado do Estado, e minimizar as disparidades de rendimento e a exclusão social e regional a longo prazo.

A *Eerste Kamer* neerlandesa especificou que estava envolvida em consultas escritas com o Governo sobre as seguintes matérias: «Diretiva relativa a salários mínimos adequados na União Europeia», «reforço da Garantia para a Juventude», «promover a igualdade LGBTIQ: Estratégia para a igualdade de tratamento das pessoas LGBTIQ 2020-2025» e «promover a inclusão dos ciganos: Recomendação relativa à igualdade, à inclusão e à participação dos ciganos». A *Eerste Kamer* acrescentou que não

tinha destacado áreas que devessem ser abrangidas por esta Agenda em relação à declaração política a adotar na Cimeira Social a realizar em maio.

O *Folketing* dinamarquês, as *Cortes Generales* espanholas e o *Riksdag* sueco explicaram que não responderam a determinadas perguntas por não se ter adotado qualquer posição sobre a matéria em comissão, nem se ter tomado qualquer decisão no respetivo Parlamento.

CAPÍTULO 2

ESTRATÉGIA UE-ÁFRICA

O SEGUNDO CAPÍTULO DO 35.º RELATÓRIO BIANUAL visa avaliar a Estratégia UE-África no tocante ao trabalho realizado e ao rumo a seguir.

1 Foi solicitado aos Parlamentos/Câmaras que indicassem as estratégias e os acordos que tinham discutido com base num determinado conjunto. A Estratégia Conjunta África-UE revelou ser a mais debatida de entre os cinco acordos/estratégias apresentados, tendo 16 inquiridos indicado que a haviam abordado. Onze inquiridos declararam ter debatido o Acordo de Cotonu, oito tinham debatido a Estratégia Regional para o Sael, enquanto a Estratégia Regional para o Corno de África tinha sido debatida por sete Parlamentos/Câmaras inquiridos. Três tinham debatido a Estratégia Regional para o Golfo da Guiné. Três dos Parlamentos/Câmaras supramencionados tinham debatido todos os acordos e estratégias *supra*. Um número significativo de inquiridos (15 em 36) não tinha debatido nenhum dos acordos e estratégias enumerados.

2 Quando inquiridos sobre se o seu Parlamento/Câmara tinha adotado posições, pareceres ou resoluções sobre as matérias *supra*, a grande maioria (29 em 36 inquiridos) respondeu de forma negativa, tendo menos de um quarto respondido de forma positiva. Porém, os resultados obtidos variaram consideravelmente.

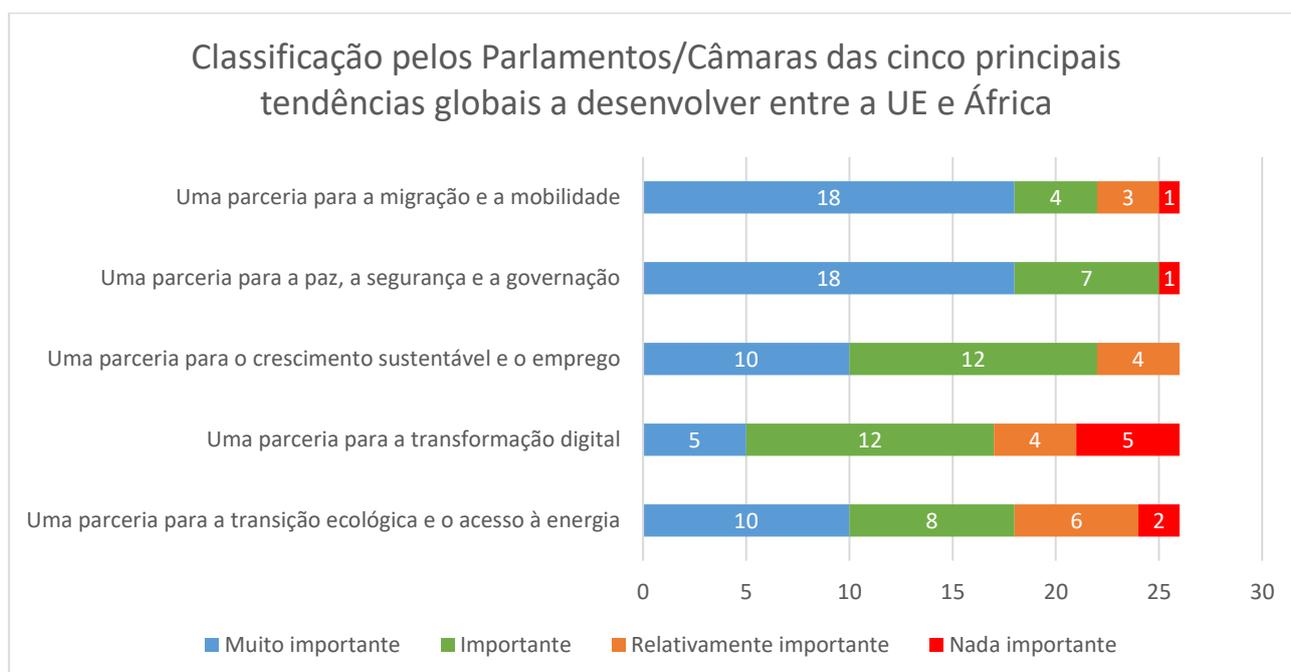
3 O *Riigikogu* estónio salientou que, embora não se tivessem emitido resoluções específicas, a Comissão de Negócios Estrangeiros tinha aprovado posições do Governo para o Conselho dos Negócios Estrangeiros. De igual modo, o *Eduskunta* finlandês respondeu ter recebido memorandos do Governo sobre o Acordo de Cotonu e a Estratégia Conjunta África-UE, tendo o primeiro sido acordado pela Grande Comissão após apreciação pela Comissão de Negócios Estrangeiros, e o último debatido, mas sem acordo formal. O *Riksdag* sueco indicou que tinha emitido uma declaração sobre o Acordo de Cotonu, demonstrando que a sua Comissão de Negócios Estrangeiros encarava a criação de uma parceria política mais abrangente entre a União Europeia e os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) de forma favorável, tendo a Comissão sugerido que a parceria se baseasse na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável globais definidos na Agenda 2030, e que o respeito pelos direitos humanos, a democracia, o Estado de Direito e a boa governação continuassem a formar a sua base após 2020. Ademais, o *Riksdag* destacou que a Comissão de Negócios Estrangeiros estava a acompanhar os trabalhos relativos às relações da UE com os países ACP após o Acordo de Cotonu, bem como a Estratégia África-UE, através de informações do Governo. A Comissão também fez o seguimento das estratégias regionais numa base permanente. A *Camera Deputaților* romena destacou o seu apoio a uma estratégia abrangente com África que considerasse esta última uma parceira em pé de igualdade, sublinhando que seriam necessários esforços adicionais no desenvolvimento da colaboração UE-África no domínio da educação e da resiliência a catástrofes. Também favorecia o alargamento da cooperação em domínios importantes, como as energias renováveis, as indústrias criativas ou a proteção do ambiente e dos recursos naturais. O *Saeima* letão também apoiava a abordagem abrangente da UE no reforço da boa governação e da capacidade em África, utilizando os instrumentos ao dispor da UE de forma eficaz. Sublinhou também a necessidade de tal cooperação se basear em cooperação equitativa com a participação ativa dos países africanos e, tal como a *Camera Deputaților* romena, salientou a importância de incluir o

desenvolvimento económico orientado para o setor empresarial, acrescentando ainda a necessidade de abordar as alterações climáticas e as causas profundas da migração.

Vários Parlamentos/Câmaras também tinham emitido resoluções. A *Eerste Kamer* neerlandesa referiu uma resolução adotada em 2013 através da qual o Governo era instado a defender que a revisão prevista do Acordo de Parceria de Cotonu em 2015 proporcionasse aos países ACP e respetivas regiões económicas mais tempo para trabalhar no sentido de condições equitativas com a restante economia mundial. A *Assembleia da República* portuguesa relembrou as suas Resoluções n.º 58/2007 e n.º 123/2012 que aprovaram o Acordo de Cotonu de 2000 e a respetiva alteração em 2005; debates parlamentares em 2001, 2007 e 2008 sobre a Estratégia UE-África no que respeita ao alargamento das relações de cooperação entre a UE e África, bem como a Resolução no. 141/2017 que adotou, como prioritárias, as iniciativas europeias relativas à «parceria África-UE: um novo impulso».

O Parlamento Europeu recordou a Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de setembro de 2020, sobre a cooperação UE-África em matéria de segurança na região do Sael, na África Ocidental e no Corno de África, e salientou a necessidade de uma relação forte entre segurança, desenvolvimento, e intervenção humanitária nestas regiões. Destacou ainda o relatório emitido pela sua Comissão do Desenvolvimento (DEVE) sobre uma Nova Estratégia UE-África – uma parceria para um desenvolvimento sustentável e inclusivo (a Comissão do Comércio Internacional [INTA] e a Comissão dos Assuntos Externos [AFET] eram comissões associadas), que foi adotado em 27 de janeiro de 2021 e agendado para votação em plenário até ao final de março de 2021. Entre outras recomendações, o relatório salientou a importância de colocar o desenvolvimento humano no centro da estratégia.

4 Quando se tratou de classificar as cinco principais tendências globais a desenvolver entre a UE e África, registou-se uma convergência assinalável. A maioria dos Parlamentos/Câmaras considerou a parceria para a transição ecológica e o acesso à energia; a parceria para a paz, a segurança e a governação; e a parceria para a migração e a mobilidade muito importantes, e a parceria para o crescimento sustentável e o emprego importante (tendo quase o mesmo número de Parlamentos/Câmaras classificado esta parceria como muito importante). A parceria para a transformação digital foi, na maior parte das vezes, considerada importante.



5 Os Parlamentos/Câmaras apresentaram opiniões diferentes no que se refere a que outros formatos formais ou informais poderiam ser desenvolvidos em maior pormenor para debater a parceria e aprofundar a relação entre a UE e África.

A *Kamra tad-deputati* maltesa sugeriu uma reunião informal entre a Comissão Europeia e os Presidentes da COSAC, enquanto o *Senato della Repubblica* italiano apelou a reuniões e sessões regulares que poderiam ser realizadas no âmbito da COSAC. O *Sénat* belga, por outro lado, sugeriu a realização de uma conferência de alto nível entre a UE e a União Africana, enquanto a *Chambre des représentants* belga e o *Sénat* francês apontaram para fóruns parlamentares internacionais como a União Interparlamentar.

O *Senat* polaco lembrou as atuais restrições em vigor devido à pandemia e salientou que todos os formatos atuais deveriam assumir a forma de videoconferência. Fora isso, sugeriu mesas redondas como um exemplo de um formato mais formal, que abordassem temas específicos, tais como as causas profundas da instabilidade, a deslocação forçada e a migração irregular; objetivos para assegurar a estabilidade política e a governação eficaz, o crescimento sustentável e inclusivo, bem como um contexto pacífico e seguro em África; e uma avaliação do investimento em áreas com impacto positivo no desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente em infraestruturas de transporte, comunicações, energia e do sector da água, agricultura e pequenas a médias empresas. Ao nível informal, e após o levantamento das restrições, propôs o lançamento de uma iniciativa de intercâmbio de funcionários entre os Parlamentos/Câmaras de África e da UE, uma sugestão apoiada pelo *Vouli ton Ellinon* grego.

O *Bundesrat* alemão também sugeriu intercâmbios virtuais e visitas de parlamentares a Estados africanos, bem como ações de apoio e aconselhamento.

A *Assemblée nationale* francesa apelou ao reforço do papel da Assembleia Parlamentar criada no Acordo de Cotonu num futuro acordo UE-ACP.

Embora o *Bundestag* alemão também acolha com agrado o envolvimento de conferências existentes como a COSAC e a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum

(PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), também sugeriu uma possível cooperação através das delegações responsáveis pela relação com os países africanos em cada parlamento. Outras possibilidades para debater desafios comuns poderiam também ser proporcionadas pela nova Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo, bem como pelas Assembleias Parlamentares previstas no Acordo Pós-Cotonu.

O *Vouli ton Antiprosopon* cipriota sugeriu que, uma vez que o tema tinha sido debatido durante a Conferência PESC/PCSD e estava agendada no âmbito da Presidência Portuguesa uma conferência pertinente em junho, o tema deveria ser incluído no programa do próximo Plenário da COSAC.

O *Országgyűlés* húngaro também sugeriu reuniões interparlamentares dedicadas ao tema e com a participação das comissões setoriais competentes.

O *Sejm* polaco sugeriu que, embora o diálogo intergovernamental deva continuar a desempenhar um papel central, seria importante envolver grupos de reflexão e a comunidade académica, bem como o poder e a administração locais, através do intercâmbio de opiniões. A *Camera Deputaților* romena mencionou especificamente seminários e o recurso a plataformas na Internet, em conjunto com debates nos grupos parlamentares de amizade e nos grupos de trabalho interparlamentares.

O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos sugeriram discussões entre peritos, fóruns empresariais e o diálogo com a sociedade civil e organizações regionais africanas, enquanto a *Chambre des Députés* luxemburguesa foi menos específica, sugerindo quaisquer formatos que incluíssem a União Africana.

O Parlamento Europeu fez referência a eventos já planeados pelas suas comissões, que incluíam o intercâmbio de opiniões e missões à região do Sael.

A *Assembleia da República* portuguesa sugeriu replicar a conferência sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África anualmente e promover a cooperação parlamentar bilateral e o diálogo interparlamentar, realizando simultaneamente visitas e reuniões com as comissões de Parlamentos africanos e tendo um grupo de amizade multilateral com a União Africana.

O *Saeima* letão não considerou necessário introduzir novos formatos, sugerindo em alternativa usar plenamente alguns dos formatos já existentes. O *Seimas* lituano também considerou o recurso aos formatos existentes a melhor forma de debater a parceria entre a UE e África. Ao mesmo tempo, este último também valorizou a atenção dispensada à cooperação da UE com África e com a União Africana pela dimensão parlamentar da Presidência Portuguesa, designadamente através da organização da Conferência sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África e da inclusão do tema africano no programa de outras reuniões, tais como a Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD.

O *Riigikogu* estónio também saudou a iniciativa da Presidência Portuguesa de debater e aprofundar a relação entre a UE e África.

6 Deparados com a oportunidade de apresentar observações sobre o capítulo, vários Parlamentos/Câmaras partilharam as suas opiniões.

O *Senato della Repubblica* italiano afirmou que a UE deveria centrar-se nos investimentos em África, promover o crescimento e o emprego no continente, tendo em vista aumentar a parceria económica com a Europa e, ao mesmo tempo, reduzir as migrações económicas para o continente.

O *Senát* checo tinha abordado as relações UE-África no âmbito de um controlo *ex ante* do Conselho Europeu. Apoiava a determinação do Conselho Europeu de incidir nas negociações com países africanos sobre as questões da condição feminina, da educação, da sustentabilidade social, ambiental e económica, bem como da qualidade da governação. Também apoiava a decisão de abordar as vacinas para a COVID-19 como um bem público global. O *Senát* tinha também apelado ao Governo que participasse ativamente na tarefa de redução da dívida africana e que contribuísse para o aprofundamento da cooperação com os países africanos para reformar mecanismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O *Riksdag* sueco indicou que não tinha respondido a algumas perguntas por não se ter adotado qualquer posição na comissão competente, e nenhuma decisão tinha sido tomada na Câmara. No entanto, referiu que, durante 2020, o Governo tinha encetado consultas escritas com a Comissão de Assuntos da UE sobre a decisão do Conselho relativa às medidas transitórias aplicáveis ao Acordo de Cotonu, as conclusões do Conselho sobre África, e as negociações sobre um documento final para a reunião ministerial entre a União Africana e a União Europeia, bem como sobre as relações entre a UE e África antes do Conselho dos Negócios Estrangeiros em 21 de setembro de 2020.

Embora o *Seimas* lituano não tivesse discutido separadamente questões relacionadas com África, a sua Comissão de Negócios Estrangeiros tinha apreciado e mandatado posições da República da Lituânia a apresentar nas reuniões do Conselho dos Negócios Estrangeiros, tendo subsequentemente recebido um relatório, acompanhando assim as relações UE-União Africana e outras questões relativas a África.

O *Bundestag* alemão esclareceu que as situações em todas as regiões de África tinham sido objeto de controlo parlamentar e salientou que não tinha sido possível estabelecer prioridades no que respeita à pergunta 4.

O *Eduskunta* finlandês indicou que as questões relacionadas com a Estratégia UE-África seriam provavelmente debatidas devido a um recente dossiê de política da UE apresentado pelo Governo.

O *Folketing* dinamarquês salientou que a Estratégia Conjunta UE-África tinha sido discutida na Comissão de Negócios Estrangeiros com o embaixador da UE para a União Africana.

O Parlamento Europeu explicou que várias das suas comissões estavam diretamente envolvidas nos dossiês relativos a África. A sua Comissão DEVE, que foi responsável pelo Acordo de Cotonu com os Estados ACP, tinha elaborado três resoluções sobre as negociações Pós-Cotonu adotadas pelo Parlamento Europeu em outubro de 2016, junho de 2018 e novembro de 2019, respetivamente. A Estratégia Conjunta UE-África foi uma das prioridades políticas da Comissão DEVE durante a primeira metade da legislatura, e tinha também sido debatida pela Comissão INTA. As relações entre a UE e África também permaneceram bem posicionadas na ordem de trabalhos da sua Comissão AFET. Esta última tinha também trocado impressões com o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) sobre a situação na região do Sael, com especial ênfase no Mali, um assunto igualmente debatido pela Comissão DEVE. A Subcomissão dos Direitos do Homem (DROI) do Parlamento Europeu, por outro lado, acompanhou as situações em matéria de direitos humanos nos países da União Africana, bem como as questões de direitos humanos pertinentes para a Estratégia UE-África. A Estratégia Regional para o Corno de África foi discutida pela Comissão INTA, ao passo que a segurança regional no Corno de África e o papel da PCSD tinham sido conjuntamente debatidos pela Comissão AFET e pela Subcomissão da Segurança e da Defesa (SEDE).

No que respeita às parcerias tratadas na pergunta 4, o Parlamento Europeu não expressou uma posição clara sobre a sua classificação, acrescentando que todas eram importantes para as futuras relações UE-África.

A *Eerste Kamer* neerlandesa salientou que não tinha tomado uma posição relativamente às perguntas 4 e 5.

CAPÍTULO 3

NEXT GENERATION EU: ESCRUTÍNIO DOS PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA – IMPACTOS NO SEMESTRE EUROPEU

O TERCEIRO CAPÍTULO DO 35.º RELATÓRIO BIANUAL pretende escrutinar os planos nacionais de recuperação e resiliência em vigor e o papel dos Parlamentos nacionais.

1 No que se refere às propostas apresentadas, nomeadamente à Comunicação sobre o Next Generation EU, ao Regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência e à Proposta alterada de Decisão do Conselho relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia (COM(2020) 445 final), 26 dos 28 Parlamentos/Câmaras inquiridos escrutinaram e adotaram posições sobre a proposta relativa aos recursos próprios. Vinte e um Parlamentos/Câmaras escrutinaram a proposta de Mecanismo de Recuperação e Resiliência e 20 escrutinaram a proposta relativa ao instrumento Next Generation EU. No total, 17 Parlamentos/Câmaras escrutinaram os três documentos.

2 Alguns dos Parlamentos/Câmaras inquiridos saudaram as propostas da Comissão Europeia e, após discussões, consideraram-nas em conformidade com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (*Senato della Repubblica* italiano, *Assembleia da República* portuguesa, *Cortes Generales* espanholas). Alguns Parlamentos/Câmaras não apresentaram uma posição formal sobre a matéria, enquanto noutras não foram adotadas resoluções, ou a questão não tinha sido examinada, ou a discussão ainda se encontrava em curso (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos, *Vouli ton Antiprosopon* cipriota, *Poslanecká sněmovna* checa, *Houses of Oireachtas* irlandesas, *Camera Deputaților* romena).

Relativamente às principais conclusões, o *Senát* checo enfatizou a urgência de adotar medidas de estabilização e recuperação, e apoiou a adoção célere do Quadro Financeiro Plurianual, do instrumento de recuperação e do sistema de recursos próprios. O *Folketing* dinamarquês e a *Chambre des Députés* luxemburguesa salientaram que os planos devem responder de forma eficaz aos desafios identificados no Semestre Europeu e contribuir para as quatro dimensões definidas na Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021. A *Assembleia da República* portuguesa tinha realizado um debate sobre o instrumento Next Generation EU e adotado uma resolução que recomendava ao Governo a promoção de um debate interinstitucional e a realização de uma ampla consulta pública sobre a sua implementação.

Relativamente aos recursos próprios, a *Assemblée nationale* francesa lamentou a manutenção dos abatimentos e defendeu a introdução de recursos próprios ambiciosos. O *Seimas* lituano alegou que a conclusão das negociações setoriais sobre o Regulamento MIE e a transposição das conclusões do Conselho Europeu, de julho de 2020, para o regulamento, que eram pertinentes para os países bálticos, encorajariam a ratificação sem dificuldades da Decisão sobre Recursos Próprios. O *Državni svet* esloveno salientou que o aumento temporário dos recursos próprios deve ser conservador para assegurar a confiança no mercado financeiro. O *Riksdag* sueco apresentou um parecer fundamentado sobre a proposta de recursos próprios, defendendo que a proposta violava o princípio da

subsidiariedade, uma vez que não se poderia considerar que os empréstimos seriam utilizados sobretudo para lidar com as consequências da pandemia de COVID-19, e que não havia uma justificação clara para o motivo pelo qual este tipo de empréstimos seria mais bem gerido a nível da União do que a nível nacional. O apoio deve basear-se nos instrumentos e formas de financiamento existentes e não em novos recursos próprios.

Além disso, no que respeita ao sistema de financiamento, alguns Parlamentos/Câmaras referiram a sua preferência pela manutenção do sistema atual de financiamento do orçamento da UE e de futuros pagamentos da dívida. O *Riigikogu* estónio sugeriu que as questões fiscais continuem a ser decididas por unanimidade na UE. O *Eduskunta* finlandês salientou a necessidade de continuar a debater as soluções para melhorar a sustentabilidade da dívida europeia. O *Seimas* lituano destacou a importância de ter recursos disponíveis a tempo da implementação do instrumento Next Generation EU.

O *Riigikogu* estónio, o *Eduskunta* finlandês, o *Senato della Repubblica* italiano e o *Riksdag* sueco apoiaram a ideia de medidas temporárias, bem direcionadas e excecionais. Juntamente com o *Riigikogu* estónio, o *Vouli ton Ellinon* grego centrou-se na importância do investimento digital e ecológico. O *Saeima* letão salientou a importância de assegurar que os novos objetivos políticos não prejudiquem os objetivos da política agrícola e de coesão nem os recursos financeiros conexos atribuídos para os atingir. Subscrevendo o *Seimas* lituano, o *Saeima* letão defendeu ainda que a versão final da proposta alterada sobre o sistema de recursos próprios deve respeitar as conclusões alcançadas na cimeira do Conselho Europeu realizada em julho de 2020.

O *Senat* romeno manifestou preocupações sobre a afetação reduzida do novo QFP à coesão e à criação de novos instrumentos orientados sobretudo para a competitividade, em grande contraste com o QFP anterior, tendo defendido que tal corre o risco de aumentar o fosso entre os Estados-Membros no respeitante ao desenvolvimento. Além disso, o *Senat* romeno apelou a esclarecimentos quanto aos recursos de financiamento do pacote legislativo em matéria financeira e a que se mantenham as dotações da coesão e da PAC a longo prazo a fim de limitar as disparidades económicas. Referiu ainda que a simples criação de condições favoráveis para os empréstimos não garante que tais empréstimos sejam efetivamente utilizados, dado que tal dependeria da procura real pelos bens e serviços oferecidos por determinada empresa.

Foram apresentadas diferentes posições sobre o Estado de Direito. A importância da solidariedade e do respeito pelos direitos fundamentais e pelo Estado de Direito foi enfatizada pelo *Bundesrat* alemão. De igual modo, a *Eerste Kamer* neerlandesa adotou uma resolução sobre o mecanismo de Estado de Direito no próximo QFP, salientando que este deve, no mínimo, incluir a proteção de um sistema judiciário independente e da democracia, eleições justas e liberdade de imprensa, um procedimento de tomada de decisão que proporcione garantias suficientes para a utilização efetiva do mecanismo e que assegure a aplicação da cláusula de inatividade. Por outro lado, o *Országgyűlés* húngaro adotou uma resolução segundo a qual os Estados-Membros em posições comparáveis devem receber tratamento comparável. A resolução considerou também inaceitável vincular as subvenções da UE a condições políticas e ideológicas sob a capa do Estado de Direito.

3 Quanto à apresentação dos projetos de plano pelos respetivos governos, em 33 inquiridos, cinco Parlamentos/Câmaras indicaram que o plano foi apresentado pelo governo antes da adoção do seu projeto, enquanto outros cinco Parlamentos/Câmaras indicaram que o projeto de plano foi apresentado após a sua apresentação às instituições da UE. Quatro Parlamentos/Câmaras afirmaram

que foi apresentado após a sua adoção pelo governo, mas antes da sua apresentação às instituições da UE.

Alguns Parlamentos/Câmaras relataram que o projeto de plano seria apresentado numa fase posterior, em conjunto com o Programa Nacional de Reformas (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos, *Chambre des représentants* belga e *Riksdag* sueco).

Nove Parlamentos/Câmaras afirmaram que o projeto de plano ainda não tinha sido apresentado ou estava ainda em elaboração (*Narodno sabranie* búlgaro, *Hrvatski sabor* croata, *Eerste Kamer* neerlandesa, *Assemblée nationale* francesa, *Sénat* francês, *Houses of the Oireachtas* irlandesas, *Kamra tad-Deputati* maltesa, *Sejm* polaco, *Národná rada* eslovaca). No entanto, alguns inquiridos previram que o projeto de plano seria apresentado após a adoção pelo governo, mas antes da apresentação às instituições da UE (*Hrvatski sabor* croata, *Assemblée nationale* francesa, *Sénat* francês).

Tanto o *Vouli ton Ellinon* grego como as *Houses of the Oireachtas* irlandesas explicaram que estava em curso uma consulta pública, mas, em ambos os casos, a apresentação do projeto de plano após a fase de consultas ocorreria antes da apresentação às instituições europeias.

O *Sénat* belga afirmou que não era a autoridade competente nesta matéria. O *Vouli ton Antiprosopon* cipriota afirmou que, devido à organização do sistema político e à separação de poderes, não tinha participado na preparação do projeto de plano, enquanto o *Riigikogu* estónio declarou que o plano tinha sido aprovado pelo Governo. Porém, nos dois últimos casos, os projetos de plano foram apresentados ao nível das comissões, o que também se verificou no caso da *Camera Deputaților* romena, onde foi debatido nas reuniões da Comissão de Assuntos Europeus.

O *Országgyűlés* húngaro tinha recebido informações gerais sobre o projeto de plano. No caso da *Assembleia da República* portuguesa, o documento no qual o projeto de plano se baseou (Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030) foi apresentado e debatido pelo Governo em sessão plenária e na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, com os respetivos ministros.

4 O envolvimento dos Parlamentos/Câmaras na elaboração dos planos foi escasso, tendo 31 em 34 Parlamentos/Câmaras afirmado que não tinham participado. Três Parlamentos/Câmaras tinham participado na elaboração do plano.

5 A *Camera dei deputati* italiana e o *Senato della Repubblica* italiano aprovaram uma resolução sobre o projeto de diretrizes para o plano em outubro de 2020. Subsequentemente, o Governo apresentou o projeto de plano nacional de recuperação e resiliência que tomou em consideração a referida resolução, e que se encontra agora sob controlo parlamentar em ambas as Câmaras. Quanto à *Assembleia da República* portuguesa, o Governo tinha divulgado o documento em fevereiro para efeitos de discussão pública, para que as regiões autónomas, os municípios, os parceiros sociais e a sociedade civil pudessem participar ativamente na consulta e na apresentação de contributos.

6 Ainda que o plano não tivesse sido apresentado em nenhuma fase, 16 dos 28 Parlamentos/Câmaras inquiridos responderam que tinham escrutinado o documento. Além disso, o *Vouli ton Ellinon* grego e o *Sénat* francês afirmaram que tinham realizado um escrutínio político durante um debate ocorrido em plenário ou em comissão.

7 A vasta maioria dos Parlamentos/Câmaras (27 em 33 inquiridos) não tinha adotado resoluções/pareceres sobre o plano. Apenas seis Parlamentos/Câmaras tinham adotado uma resolução/um parecer.

8 O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos e a *Camera dei deputati* italiana fizeram referência à necessidade do envolvimento dos respetivos parlamentos no processo. A *Assembleia da República* portuguesa e o *Državni zbor* esloveno referiram as discussões ocorridas no seu Parlamento/Câmara sobre o tema.

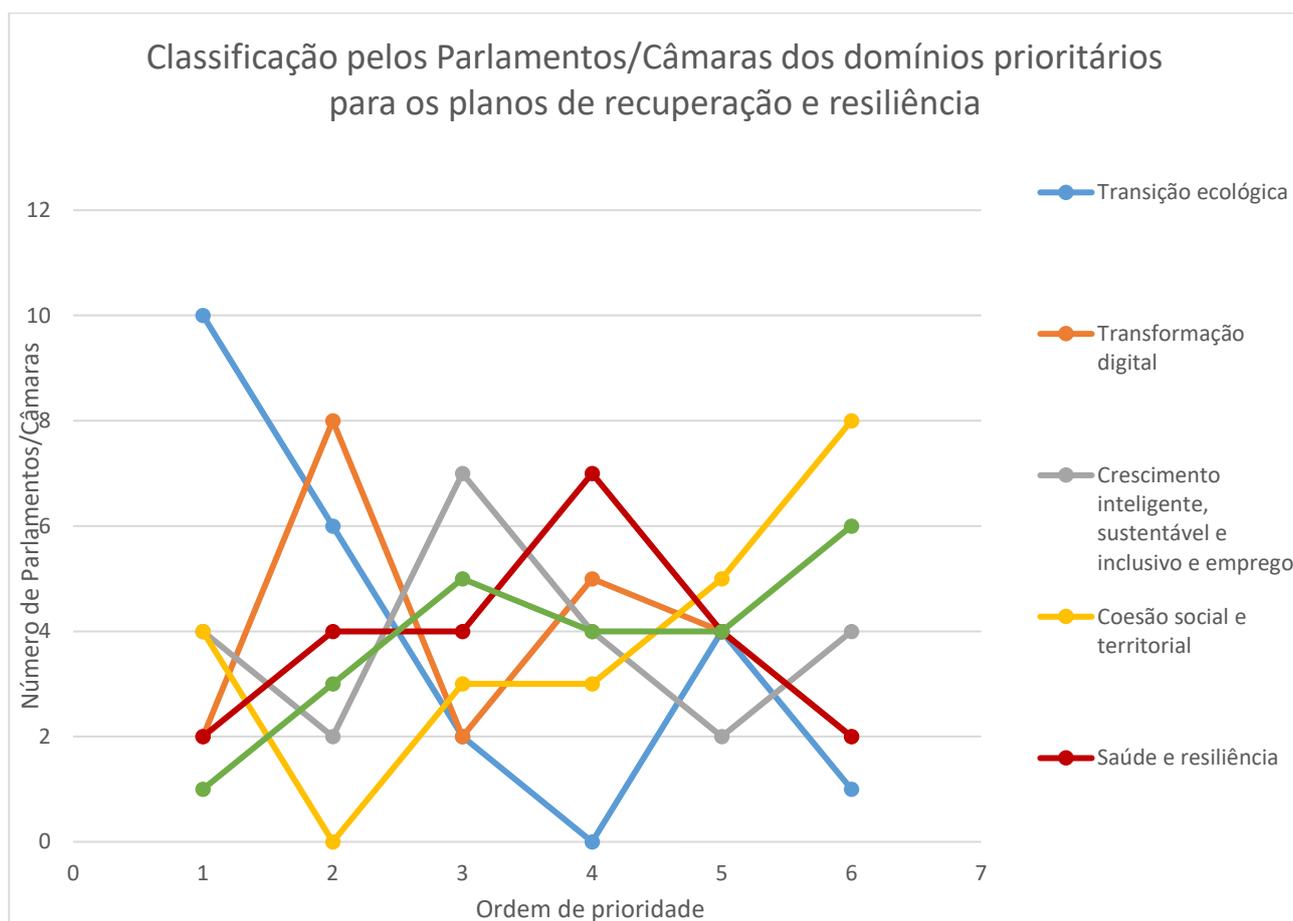
A *Chambre des représentants* belga adotou uma resolução instando o Governo a assegurar o envolvimento do Parlamento Europeu tanto quanto possível. A resolução salientou ainda ser necessária a aplicação de parâmetros objetivos para a distribuição de recursos no que respeita ao procedimento de liberação de fundos, deixando ao critério dos peritos conceder auxílios concretos a autoridades públicas ou projetos específicos em conformidade com os critérios em vigor.

O *Eduskunta* finlandês referiu que a sua Comissão de Finanças tinha salientado a importância da alavancagem e da relação custo-eficácia na escolha dos objetivos de investimento e reforma.

O *Bundesrat* alemão sublinhou a importância de reforçar os incentivos ao emprego, o financiamento sustentável da segurança social e de garantir a sustentabilidade da dívida, em conjunto com o requisito de que os fundos do MRR refinanciem não só projetos e programas existentes, mas também criem um ímpeto inovador adicional. Saudou o facto de o plano refletir o combate às alterações climáticas e a transformação digital.

O *Senato della Repubblica* italiano centrou-se nos seis domínios prioritários e salientou a necessidade de dar resposta a outros – como as disparidades de género e a coesão territorial – e de prever reformas na administração pública, na justiça e no sistema fiscal.

9 Quando se tratou de classificar as prioridades para os planos nacionais de recuperação e resiliência, a transição ecológica e a transformação digital foram identificadas como primeira e segunda prioridades pela maioria dos 23 Parlamentos/Câmaras inquiridos. O crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e o emprego, e a saúde e a resiliência foram os dois domínios seguintes a serem priorizados, de acordo com os Parlamentos/Câmaras inquiridos. Embora, para alguns Parlamentos/Câmaras, a coesão social e territorial devesse ser a primeira prioridade, a maioria posicionou-a em quinto ou sexto lugar, em conjunto com o domínio das políticas para a próxima geração, crianças e jovens, incluindo educação e habilitações. Para o Parlamento Europeu, os planos de recuperação e resiliência devem incluir reformas e projetos de investimento que representem uma resposta equilibrada à situação económica e social de cada Estado-Membro, contribuindo para todos os seis pilares de forma adequada.



10 Para acompanhar a implementação dos planos nacionais de recuperação e resiliência, a maioria dos Parlamentos/Câmaras (26 em 31 inquiridos) respondeu que se realizaria um exercício de escrutínio através das comissões permanentes existentes. Nenhum Parlamento/Câmara comunicou que criaria uma comissão parlamentar eventual especificamente para este efeito, ou que criaria uma unidade técnica com acesso a dados estatísticos sobre a implementação. Também nenhum Parlamento/Câmara iria implementar/introduzir alterações ao Regimento para acomodar o novo quadro do Semestre Europeu.

11 Para a maioria dos Parlamentos/Câmaras (23 dos 27 inquiridos), este escrutínio deveria ser realizado pelas Comissões de Assuntos da UE e/ou de Orçamento e Finanças, sem prejuízo da participação de outras comissões no processo para acompanhar temas relacionados com a saúde, a economia, o trabalho, a segurança social, a energia, o ambiente, a administração pública ou o planeamento regional.

A *Assembleia da República* portuguesa criou uma comissão eventual para o acompanhamento da aplicação das medidas de resposta à pandemia da doença COVID-19 e do processo de recuperação económica e social.

Para o Parlamento Europeu, a Comissão Conjunta da Comissão dos Orçamentos e da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários foi a comissão competente nesta matéria e, embora os aspetos práticos do escrutínio do MRR pelo Parlamento Europeu ainda estivessem por elaborar, a comissão poderia convidar a Comissão Europeia para um diálogo sobre o assunto de dois em dois meses.

Uma vez que o processo de desenvolvimento dos planos ainda se encontrava no início ou em curso, alguns Parlamentos não puderam apresentar respostas a todas as perguntas do presente capítulo.

12 No respeitante à pergunta 9, o *Eduskunta* finlandês apresentou os seus seis pontos focais, sem os classificar, embora estes não correspondessem aos enumerados no questionário: educação, investigação e inovação, transição ecológica, competitividade internacional, infraestruturas sustentáveis e digitalização, mercado do trabalho, serviços orientados para os desempregados e o desenvolvimento da vida profissional, o acesso a serviços sociais e de saúde e eficácia em termos de custos. O *Seimas* lituano também apresentou os sete domínios emblemáticos para o MRR – transição ecológica, transformação digital, saúde, assuntos sociais, ciência e inovação, educação e finanças públicas.

O *Riksdag* sueco salientou que algumas perguntas tinham ficado por responder por não ter sido ainda tomada uma posição sobre a matéria.

CAPÍTULO 4

CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA

O QUARTO CAPÍTULO DO 35.º RELATÓRIO BIANUAL pretende examinar a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE).

1 Quando foi perguntado se os Paramentos/Câmaras tinham adotado recentemente algum parecer sobre a CoFE, a grande maioria (30 em 36) respondeu de forma negativa, e apenas seis responderam de forma positiva.

2 O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos adotaram um parecer pertinente em julho de 2020 que defendia o envolvimento dos Paramentos nacionais e a participação generalizada dos cidadãos, salientando também que as alterações aos Tratados não deveriam ser excluídas do programa da CoFE. A *Eerste Kamer* neerlandesa mencionou a sua resolução de novembro de 2020, apelando ao Governo que se comprometesse a realizar uma discussão pública pertinente, a afetar recursos adicionais e a apresentar propostas pormenorizadas a ambas as Câmaras neerlandesas antes de julho de 2021. As *Houses of the Oireachtas* irlandesas indicaram que a Comissão Conjunta de Assuntos da UE tinha publicado um relatório em dezembro de 2020, no qual adotou sete recomendações sobre a CoFE, incluindo, entre outras, a recomendação de um papel importante para os Paramentos nacionais, a maximização das disposições existentes antes de proceder a alterações aos Tratados e a organização de eventos numa abordagem ascendente, estabelecendo também contacto com grupos minoritários. O Parlamento Europeu recordou a sua resolução, de junho de 2020, relembrando a sua posição de janeiro sobre o âmbito, a estrutura e os objetivos da CoFE, e também sublinhou que a pandemia de COVID-19 «tornou ainda mais evidente a necessidade de reformar a União Europeia» e que «a participação direta dos cidadãos, das organizações da sociedade civil, dos parceiros sociais e dos representantes eleitos» deve continuar a ser uma prioridade. A Comissão de Negócios Estrangeiros do *Riksdag* sueco indicou, em dezembro de 2020, a possibilidade, no âmbito da CoFE, de debater a divisão de competências entre os Estados-Membros e a União, entre outros aspetos relativos ao modo de gestão da pandemia, enquanto o enfoque da CoFE deveria ser promover a participação dos cidadãos. O Governo sueco tinha consultado ou informado em vários casos a Comissão de Assuntos da UE sobre a aprovação do projeto de Declaração Conjunta. A *Assembleia da República* portuguesa fez referência ao projeto de Resolução, de fevereiro de 2021, que apela à participação adequada dos Paramentos nacionais, através da Troika da COSAC, no Conselho Executivo, tendo em vista a participação nos debates e a apresentação de propostas.

A *Kamra tad-Deputati* maltesa recordou, neste contexto, duas cartas sobre a CoFE elaboradas pelas Presidências alemã e portuguesa da COSAC, em novembro de 2020 e fevereiro de 2021, respetivamente, que a sua Comissão de Assuntos Europeus e Negócios Estrangeiros tinha subscrito.

3 Uma maioria significativa dos inquiridos (29 em 35) respondeu que nenhum plano de atividades tinha sido elaborado ou adotado para dar forma aos debates a nível nacional à data do preenchimento do questionário. Porém, as *Houses of the Oireachtas* irlandesas indicaram que, embora não tivesse sido aprovado nenhum programa de trabalho, as recomendações adotadas (ver pergunta anterior) sublinharam a importância de os Paramento nacionais associarem os debates realizados a nível Europeu e nacional, e fez referência à Assembleia dos Cidadãos e aos anteriores Diálogos com os Cidadãos sobre o Futuro da Europa, que devem constituir o modelo para participar na CoFE. A

Poslanecká sněmovna checa, o *Folketing* dinamarquês e a *Eerste Kamer* neerlandesa afirmaram que se encontravam em curso consultas ou deliberações sobre esta temática. De igual modo, o *Eduskunta* finlandês esclareceu que não podia responder a esta pergunta porque o escrutínio ainda estava em curso. O *Sénat* salientou que os eventos fariam parte dos eventos organizados por ocasião da Presidência francesa do Conselho da UE.

Esta pergunta não era aplicável ao Parlamento Europeu.

Seis Parlamentos/Câmaras afirmaram ter elaborado ou aprovado planos de atividades. A *Assemblée nationale* francesa salientou que se tinha realizado um colóquio em março, que contou com a participação de investigadores, peritos e parlamentares em torno de uma reflexão geral sobre o futuro da União. O *Vouli ton Ellinon* grego afirmou que, à luz do 40.º aniversário da adesão da Grécia à UE, iria realizar uma série de atividades conjuntas com o Governo e a Comissão Europeia, nomeadamente debates públicos sobre o balanço do passado e o contributo dos cidadãos sobre as suas expectativas para a CoFE. As comissões da *Camera dei deputati* italiana estavam a ponderar estabelecer um inquérito de averiguação sobre o âmbito da CoFE, enquanto a Comissão do *Senato della Repubblica* italiano tinha dado início a um procedimento que envolvia audições de entidades institucionais e da sociedade civil, um procedimento que continuaria quando a CoFE iniciasse o seu trabalho. O *Országgyűlés* húngaro salientou que, embora já tivesse organizado uma primeira conferência sobre o futuro da Europa em conjunto com o Ministério da Justiça em setembro de 2020, também iria organizar eventos pertinentes após a inauguração oficial da Conferência. A Comissão Conjunta para a UE das *Cortes Generales* espanholas decidiu, em outubro de 2020, criar uma subcomissão sobre a CoFE, que também elaboraria a posição das *Cortes Generales* ao longo do processo da CoFE. A subcomissão iria também redigir um relatório que, em conjunto com as alterações e os votos individuais, seria depois debatido e votado pela Comissão Conjunta para a União Europeia.

4 Foi igualmente solicitado aos Parlamentos/Câmaras que classificassem, por ordem de preferência, as seguintes quatro atividades diferentes:

- discussões plenárias de alto nível entre as instituições;
- debates com a sociedade civil;
- consulta de cidadãos/sociedade civil;
- contacto proativo do Parlamento com as partes interessadas, solicitando contributos em domínios de intervenção específicos considerados relevantes para o Futuro da Europa.

De entre os vinte e seis inquiridos que responderam a esta pergunta, onze consideraram que os debates com a sociedade civil devem ser a primeira prioridade (*Narodno sabranie* búlgaro, *Riigikogu* estónio, *Assemblée nationale* francesa, *Bundesrat* alemão, *Vouli ton Ellinon* grego, *Houses of the Oireachtas* irlandesas, *Saeima* letão, *Seimas* lituano, *Senat* polaco, *Assembleia da República* portuguesa, *Camera Deputaților* romena). A consulta de cidadãos e da sociedade civil foi escolhida como primeira prioridade por seis Parlamentos/Câmaras (*Bundesrat* e *Nationalrat* austríacos, *Sénat* belga, *Hrvatski sabor* croata, *Országgyűlés* húngaro, *Chambre des Députés* luxemburguesa e *Sejm* polaco). As discussões plenárias de alto nível entre instituições foram identificadas como primeira prioridade por cinco inquiridos (*Vouli ton Antiprosopon* cipriota, *Camera dei deputati* italiana, *Senat* romeno, *Národná rada* eslovaca, *Državni zbor* esloveno). Três inquiridos (*Chambre des représentants* belga, *Kamra tad-Deputati* maltesa, *Senato della Repubblica* italiano) classificaram como primeira

prioridade o contacto proativo do Parlamento com as partes interessadas, solicitando contributos em domínios de intervenção específicos considerados relevantes para o Futuro da Europa.

Os restantes dez inquiridos do total de 36 não apresentaram resposta (a *Poslanecká sněmovna* checa afirmou não haver posição adotada à data) ou apresentaram outra opção ou uma explicação mais geral. De acordo com o Parlamento Europeu, a CoFE deve ser um processo inclusivo, no qual todas as partes interessadas, órgãos institucionais, cidadãos e organizações da sociedade civil contribuiriam igualmente para os seus debates e propostas. O *Bundestag* alemão afirmou que todas as quatro atividades apresentadas poderiam ser adequadas para deliberação parlamentar e, em qualquer caso, sublinhou a importância de incluir os cidadãos de forma adequada. De igual modo, a Comissão de Assuntos da UE do *Riksdag* sueco salientou que se deve colocar a tónica na promoção da participação e do apoio entre cidadãos. A Comissão Conjunta de Assuntos da UE das *Houses of the Oireachtas* irlandesas apelou a uma participação tão ampla quanto possível, numa abordagem ascendente, que permita discussões também sobre aspetos de juventude e o envolvimento de grupos minoritários ou outros não historicamente envolvidos em assuntos da UE. O *Sénat* francês propôs consultas com a sociedade civil na Internet, à luz da atual pandemia; caso a situação melhore, poderiam organizar-se debates presenciais em diferentes partes do país para contribuir para o trabalho dos parlamentares.

Além de ordenar as prioridades apresentadas, o *Bundesrat* e o *Nationalrat* austríacos sublinharam a necessidade de envolver os Parlamentos nacionais e regionais e de organizar fóruns de juventude. De igual modo, o *Bundesrat* alemão propôs uma combinação de fóruns de cidadãos e reuniões com peritos.

5 Quando foi perguntado aos Parlamentos/Câmaras se tinham experiência prévia com tal envolvimento com a sociedade civil através de participação à distância, a maioria (21 em 36) respondeu de forma negativa, tendo menos de metade (15 inquiridos) indicado uma experiência prévia.

Alguns inquiridos tinham tido experiências prévias na organização de reuniões (sobretudo ao nível das comissões) com participação à distância e transmissão através da Internet: o *Senát* checo organizava regularmente audições públicas, nomeadamente sobre petições importantes, as *Houses of the Oireachtas* irlandesas apresentaram vários exemplos de intercâmbios à distância com partes interessadas (muitas das quais da comunidade académica) realizados ao nível das comissões sobre o tema do futuro da Europa e explicaram que houve também a facilitação da participação das partes interessadas através de convites para a apresentação de observações escritas; o *Saeima* letão referiu o fórum com o *Saeima* e ONG organizado em março de 2021, bem como reuniões das comissões; o Parlamento Europeu e as suas comissões tinham organizado audições com ligação à distância e os peticionários podiam ser ouvidos à distância, e salientou que o Evento Europeu da Juventude seria realizado em formato híbrido, tornando possível a participação à distância; o *Senat* romeno tinha organizado audições e debates nas comissões; a Comissão de Assuntos Europeus da *Národná rada* eslovaca tinha transmitido as suas reuniões nas redes sociais e envolvido a sociedade civil.

Alguns inquiridos, incluindo o *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos e o *Senato della Repubblica* italiano, também afirmaram ter algum tipo de disposições ou experiência na organização de consultas. A *Assemblée nationale* francesa organizou regularmente consultas de cidadãos sobre vários temas e foi criado um grupo de trabalho sobre consultas de cidadãos em 2017 no seio da Comissão de Assuntos Europeus. A *Assembleia da República* portuguesa mencionou um conjunto de eventos organizados com a Comissão Europeia, que promoviam o conhecimento sobre a UE e a participação

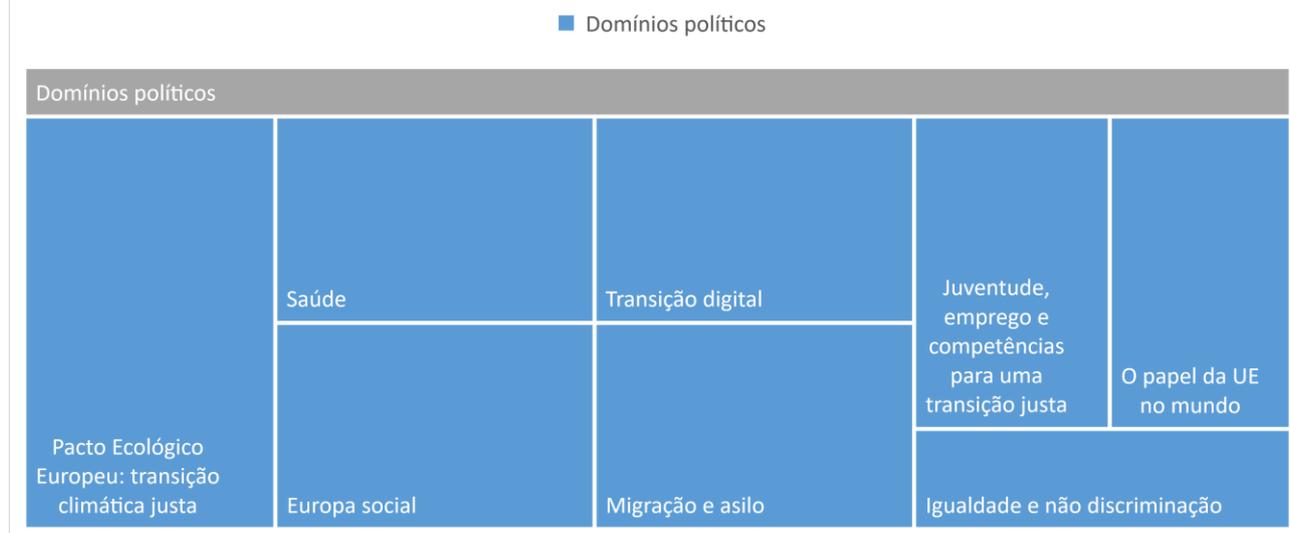
democrática e o exercício de cidadania para melhor compreender as preocupações e os desejos dos cidadãos. A iniciativa envolveu três tipos de eventos: «Encontros com os Cidadãos», «Encontros Associados» sobre temas europeus, os quais promoviam consultas na Internet sobre o futuro da Europa, e «A Europa nas escolas» em escolas básicas e secundárias de todo o país. O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos também salientaram que os cidadãos podiam apoiar as iniciativas e petições de outros cidadãos por via eletrónica. De modo semelhante, o *Sénat* francês criou uma plataforma participativa para os eleitos locais, bem como uma plataforma de petições para os cidadãos.

O *Seimas* lituano destacou que várias comissões setoriais tinham encetado discussões preliminares sobre o futuro da UE no âmbito da Agenda Estratégica da UE 2019-2024. O *Bundestag* alemão referiu um Conselho de Cidadãos sobre Negócios Estrangeiros e uma apresentação pública sobre as conclusões da Comissão de Estudo sobre Inteligência Artificial com a participação de cidadãos através de ferramentas de videoconferência.

A experiência do *Eduskunta* finlandês adveio sobretudo da legislatura 2011-2015 e o envolvimento através de participação à distância não proporcionou valor acrescentado em comparação com as reuniões presenciais e outros métodos mais convencionais de envolvimento com a sociedade civil, acrescentando, porém, que as soluções técnicas disponíveis à data não eram tão avançadas como as disponíveis atualmente. O *Folketing* dinamarquês indicou que a Comissão de Assuntos Europeus organizou vários eventos de debate sobre questões relacionadas com a UE e referiu as designadas audições de cidadãos ou «sondagens deliberativas» com um grupo de 400 pessoas convidadas a discutir assuntos da UE com parlamentares e peritos durante o fim de semana. Os cidadãos participantes foram selecionados por institutos de sondagem para formar uma amostra representativa da população dinamarquesa, o que provou ser frutuoso para envolver as pessoas que normalmente não participam em debates políticos.

6 Quando lhes foi solicitado que escolhessem entre oito domínios políticos específicos a abordar pela conferência, 22 inquiridos escolheram o Pacto Ecológico Europeu: transição climática justa, enquanto a saúde, a transição digital, a Europa social e a migração e asilo foram escolhidos por 14 inquiridos cada. Treze inquiridos escolheram juventude, emprego e competências para uma transição justa, ao passo que 12 escolheram o papel da UE no mundo. Por último, oito inquiridos optaram pela igualdade e não discriminação.

Domínios políticos a abordar na Conferência de acordo com a preferência dos Parlamentos/Câmaras



Alguns Parlamentos/Câmaras sugeriram outros domínios políticos. O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos propuseram examinar a tributação e a reforma da Política Agrícola Comum (PAC). O *Folketing* dinamarquês sugeriu o Estado de Direito, a transparência e melhor elaboração de legislação, bem como o papel dos Parlamentos nacionais nas decisões da UE. Nas suas duas resoluções de 2020 sobre a CoFE, o Parlamento Europeu referiu como domínios políticos uma série de questões prementes relacionadas, designadamente, com os desafios ambientais, a igualdade e justiça social, questões económicas e de emprego – incluindo a tributação, a transformação digital, a segurança e o papel da União Europeia no mundo. O *Nationalrat* e o *Bundesrat* austríacos, bem como o *Bundestag* alemão sugeriram que a CoFE deve examinar questões institucionais.

O *Seimas* lituano afirmou que qualquer domínio político poderia ser abordado pela CoFE, enquanto a sua Comissão de Assuntos Europeus considerava que deveria abordar as consequências da crise provocada pela COVID-19 e concentrar-se na implementação da Agenda Estratégica da UE 2019-2024. O *Saeima* letão não tinha domínios prioritários e estava disposto a dedicar-se a todas as questões relevantes para os cidadãos.

Vários outros inquiridos indicaram que não se encontravam em condições para apresentar respostas específicas, dado que o escrutínio e as decisões pertinentes estavam em curso (*Poslanecká sněmovna* checa, *Eduskunta* finlandês, *Sénat* francês, *Bundesrat* alemão, *Cortes Generales* espanholas).

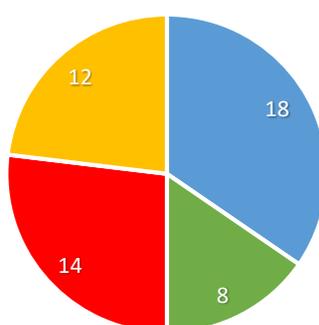
7 Quando chegou o momento de indicar quais das quatro questões institucionais apresentadas, se alguma, os Parlamentos/Câmaras consideravam mais relevante abordar na CoFE, 27 inquiridos apresentaram resposta, escolhendo uma ou mais das seguintes opções:

- Protocolos sobre o papel dos Parlamentos nacionais e sobre subsidiariedade/proporcionalidade e outras disposições do Tratado sobre os Parlamentos nacionais (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos, *Chambre des représentants* belga, *Hrvatski sabor* croata, *Vouli ton Antiprosopon* cipriota, *Senát* checo, *Folketing* dinamarquês, *Bundestag* alemão, *Bundesrat* alemão, *Vouli ton Ellinon* grego, *Országgyűlés* húngaro, *Camera dei deputati* italiana, *Senato della Repubblica* italiano, *Kamra tad-Deputati* maltesa,

Sejm polaco, *Senat* polaco, *Camera Deputaților* romena, *Senat* romeno e *Državni Zbor* esloveno);

- Disposições sobre a designação do Presidente da Comissão Europeia (*Vouli ton Antiprosopon* cipriota, *Bundestag* alemão, *Országgyűlés* húngaro, *Kamra tad-Deputati* maltesa, *Sejm* polaco, *Camera Deputaților* romeno, *Državni zbor* esloveno e o Parlamento Europeu);
- Sistema eleitoral para o Parlamento Europeu (por exemplo, listas transnacionais) (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos, *Chambre des représentants* belga, *Sénat* belga, *Hrvatski sabor* croata, *Vouli ton Antiprosopon* cipriota, *Assemblée nationale* francesa, *Bundestag* alemão, *Senato della Repubblica* italiano, *Chambre des Députés* luxemburguesa, *Kamra tad-Deputati* maltesa, *Senat* polaco, *Camera Deputaților* romena, *Senat* romeno e Parlamento Europeu);
- Votação por maioria qualificada em novos domínios de intervenção (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos, *Assemblée nationale* francesa, *Sénat* francês, *Vouli ton Ellinon* grego, *Houses of the Oireachtas* irlandesas, *Camera dei deputati* italiana, *Senato della Repubblica* italiano, *Sejm* polaco, *Senat* romeno, *Národná rada* eslovaca, *Državni Zbor* esloveno e Parlamento Europeu). Quando convidados a especificar novos domínios de intervenção, vários Parlamentos/Câmaras indicaram a política externa (*Nationalrat* e *Bundesrat* austríacos), a Política Externa e de Segurança Comum (*Sénat* belga), a política fiscal, o Quadro Financeiro Plurianual (*Camera dei deputati* italiana), os recursos próprios da UE (*Chambre des représentants* belga e *Camera dei deputati* italiana) e a harmonização fiscal (*Chambre des représentants* belga) como novos domínios de intervenção sobre os quais se deve debater a utilização de votação por maioria qualificada.

Questões institucionais que devem ser abordadas pela Conferência segundo os Parlamentos/Câmaras



- Protocolos sobre o papel dos Parlamentos nacionais e sobre subsidiariedade/proporcionalidade e outras disposições do Tratado sobre os Parlamentos nacionais
- Disposições sobre a designação do Presidente da Comissão Europeia
- Sistema eleitoral do Parlamento Europeu (por exemplo, lista transnacional)
- Votação por maioria qualificada em novos domínios de intervenção

O Parlamento Europeu reafirmou a sua insistência em ter um debate sobre o sistema do candidato de primeira linha e sobre listas eleitorais com base num círculo eleitoral transnacional, salientando também temas adicionais já propostos durante a legislatura anterior para debate durante a CoFE, por

exemplo, a lei eleitoral, o direito de iniciativa legislativa do Parlamento Europeu e o direito de inquérito do Parlamento Europeu.

O *Saeima* letão não atribuiu prioridade a nenhum domínio e estava disposto a dedicar-se a todas as questões relevantes para os cidadãos.

O *Vouli ton Ellinon* grego, o *Seimas* lituano e a *Assembleia da República* portuguesa expressaram a opinião de que a CoFE deve incidir predominantemente em questões de política da UE. O *Seimas* lituano considerou que o âmbito das discussões sobre reformas institucionais deve ser determinado pelos resultados dos debates sobre questões políticas. As *Houses of the Oireachtas* irlandesas consideraram que os Parlamentos nacionais devem ter um papel importante na Conferência e que as disposições dos Tratados existentes devem ser maximizadas. O *Riksdag* sueco indicou que o trabalho da CoFE deve ser realizado no âmbito dos atuais Tratados e que se devem evitar preferencialmente alterações aos Tratados (*Eduskunta* finlandês, *Seimas* lituano, *Riksdag* sueco).

O *Sénat* francês afirmou que ainda não tinha adotado uma posição oficial sobre esta questão, mas indicou que tinha sido criado um grupo de trabalho sobre questões institucionais para tratar, em particular, a questão do sistema eleitoral europeu e o processo de designação do Presidente da Comissão Europeia.

O *Riksdag* sueco também indicou as suas objeções à discussão do processo de designação do Presidente da Comissão Europeia e de listas eleitorais com base num círculo eleitoral transnacional no âmbito da CoFE.

8 Quando inquiridos sobre se seria benéfico organizar grupos de trabalho temáticos sobre questões políticas/institucionais específicas, de forma semelhante à estrutura implementada para a Convenção Europeia, 17 em 36 Parlamentos/Câmaras responderam de forma positiva, uma respondeu de forma negativa, enquanto metade (18 inquiridos) não expressou opinião.

O Parlamento Europeu referiu a sua resolução de 15 de janeiro de 2020, através da qual propôs a organização de ágoras dos cidadãos temáticas que reflitam as prioridades políticas em todo o processo da CoFE.

9 Quando inquiridos sobre a possibilidade de prolongar a CoFE até 2023, um pouco mais de metade (18 em 35 inquiridos) previu que tal seria uma possibilidade, enquanto apenas um inquirido respondeu que não. Dezasseis em 35 inquiridos não expressaram opinião.

O *Sénat* francês defendeu que a possibilidade de prolongar a duração da CoFE deve ser avaliada com base num relatório de progresso sobre a CoFE previsto para a próxima reunião plenária da COSAC no segundo semestre de 2021.

10 Quando se tratou de identificar o papel que a COSAC deve desempenhar no âmbito da CoFE, 30 inquiridos apresentaram respostas variadas.

Vinte e três Parlamentos/Câmaras consideraram que a COSAC deve constituir uma oportunidade para debater o trabalho da CoFE durante a sua realização e para adotar posições comuns sempre que adequado. A *Assemblée nationale* francesa acrescentou que a COSAC deve ser representada pela Troika no Conselho Executivo da CoFE e que a Troika deve prestar contas periodicamente aos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus sobre os progressos alcançados pelo Conselho Executivo.

Onze Parlamentos/Câmaras consideraram que a COSAC deve ser um local para receber informação e contributos dos membros da CoFE, da Comissão Europeia e de peritos relevantes.

Além destas duas opiniões, o *Bundesrat* alemão, o *Bundestag* alemão e o *Vouli ton Ellinon* grego também consideraram que a COSAC deve promover outras iniciativas durante a CoFE. O *Bundestag* alemão e o *Bundesrat* alemão detalharam a sua resposta, sugerindo que a Troika Presidencial deve representar os Parlamentos Nacionais no Conselho Executivo da CoFE, através do desenvolvimento e da obtenção de um mandato dos membros da COSAC (*Bundestag* alemão). Além disso, o *Bundestag* alemão propôs a criação de um grupo de trabalho para acompanhar e apoiar o trabalho da Troika na CoFE.

Dois Parlamentos/Câmaras expressaram a opinião de que a COSAC deve ser exclusivamente uma plataforma para os membros da CoFE prestarem contas sobre o progresso do seu trabalho.

Três Parlamentos/Câmaras (*Poslanecká sněmovna* checa, *Folketing* dinamarquês e *Cortes Generales* espanholas) afirmaram que, à data do questionário, não estava disponível uma posição oficial sobre esta questão, mas prevê-se que a Comissão de Assuntos Europeus da *Poslanecká sněmovna* checa delibere sobre este tema na sua próxima sessão.

11 A título de observações finais, três Parlamentos/Câmaras expressaram a sua opinião de que os Parlamentos nacionais devem desempenhar um papel importante na CoFE (*Senato della Repubblica* italiano, *Seimas* lituano, *Riksdag* sueco). A CoFE deve ser encarada como um complemento à democracia representativa e utilizar em pleno o diálogo estabelecido entre os cidadãos e os seus representantes nacionais, regionais e locais (*Riksdag* sueco) para preencher a lacuna entre as instituições da UE e os cidadãos e garantir que a participação é tão ampla quanto possível (*Senato della Repubblica* italiano). Os Parlamentos nacionais devem ser representados em pé de igualdade com o Parlamento Europeu e ter os mesmos direitos de decisão que os representantes de outras instituições participantes (*Seimas* lituano). Além disso, a CoFE deve basear-se numa participação equilibrada em termos de género, incluindo na sua liderança (*Riksdag* sueco).

O *Seimas* lituano também viu a necessidade de uma estrutura de gestão simplificada para a CoFE e salientou a importância de um mecanismo de *feedback* que resulte em ações concretas.

35^o

Relatório Bianual

COSAC